

EDITORIAL

Professores da PUC-SP: uma categoria adormecida

Aos leitores deste jornal parece desnecessário recordar, em detalhes, todos os ataques que os professores da PUC-SP têm sofrido ao longo dos últimos anos no que se refere às condições de trabalho: maximizações contratuais, tabelas diferenciadas, desrespeito a dissídios coletivos, tentativa de quebra da negociação coletiva, salas de aula e banheiros em condições precárias, etc.

Talvez, em função desse mesmo quadro, muitos professores, mesmo esvaídos por trabalharem em tais condições, ainda conseguem, de forma quase que milagrosa, manter a qualidade de suas aulas, atualizar-se, pesquisar, publicar. De certo, fazem-no por gosto e vocação, mas também para cumprir as árduas exigências que a promoção e a sua manutenção na carreira universitária têm exigido. Exigência essa que, nos últimos anos, passou a ser formalizada quase que de forma contábil nos planos acadêmicos.

Por outro lado, há professores, nem melhores e nem piores que outros, que se dedicam exclusivamente ao magistério, que trabalham em outras atividades, muitas delas que também contribuem para a atividade docente (psi-

cólogos, profissionais do direito, jornalistas, assistentes sociais, pedagogos, administradores de empresa, para citar apenas alguns).

Some-se a isso que, nas horas vagas, o professor ainda tenta viver: são necessárias horas do dia para dormir, namorar, ler outras coisas fora de sua área, cuidar da família, atividades físicas, lazer etc.

É exigível que, diante de toda essa conjuntura, o professor ainda tenha disposição para lutar por melhores condições de trabalho, participando das assembleias da categoria que são convocadas para deliberar assuntos de seu interesse? Se o professor quiser continuar a sê-lo, especialmente, na PUC-SP, parece fundamental.

Mas como tem sido a participação do professor nesse particular? Depois de várias assembleias esvaziadas, o Ato n.º 01/2011, que representa a maxiexploração, que impõe mais trabalho pelo mesmo contrato e deflagrará verdadeira luta pela sobrevivência - aqui ilustrada pela disputa de turmas, que não serão suficientes para manter a todos na universidade - os professores vieram para discutir a questão. E é fato que não se via tanto professor em assembleia havia algum tempo.

E o que deliberou a assembleia? Diante de quadro

tão grave, a assembleia limitou-se a aprovar a criação de três comissões: uma para avaliar os contratos; outra para discutir projeto de universidade; e a outra para avaliar a situação financeira da PUC-SP.

Constituídas as comissões, sem contar os diretores da própria associação dos professores que se dispuseram a compor as comissões, somente três professores compareceram para contribuir com o trabalho.

Apenas a comissão de contratos passou a funcionar, com dois professores de fora dos quadros de direção da APROPUC, sendo que, após algumas poucas reuniões, nas quais se levantaram importantes questões, uma professora solicitou seu desligamento, restando, pois, de toda a categoria, apenas um professor que hoje simboliza o estado de mobilização que se encontra nossa categoria. A comissão de finanças com um professor interessado, nem chegou a funcionar.

A assembleia deliberou ainda pela criação de uma comissão que teve a participação de uma professora, além dos diretores da APROPUC, para realizar um debate aberto com os alunos, *PUC: Onde estamos e para onde vamos?*

O debate ocorreu e foi deliberada a criação de um

Comitê Unificado entre professores e estudantes, e, hoje, somente uma professora, além dos diretores, participa.

Por esse motivo, a diretoria da APROPUC avalia a necessidade da categoria responder à deliberação tomada coletivamente pela assembleia, para que possa continuar a discutir e tentar encontrar uma solução para os problemas que o referido Ato n.º 01/2011 já vem causando na universidade. Àqueles que esperam pela desmobilização e nenhuma resistência em relação a um projeto mercantilista de universidade, que cada vez mais se aproxima, as notícias não poderiam ser mais alvissareiras.

A diretoria da APROPUC alerta para um 2º semestre adverso, em que a tendência será de um maior arrocho das nossas condições de trabalho e o imobilismo dos professores só recairá sobre suas próprias costas.

Nossa entidade é a trincheira principal no processo de combate de mais esta destruição do trabalho e do ensino na PUC-SP, mas para tal é necessário que a categoria dos professores se manifeste, pois uma entidade é muito mais que sua diretoria.

Diretoria da APROPUC

PRECARIZAÇÃO DO ENSINO E TRABALHO

Com a maximização, PUC-SP perde o professor que vestia a camisa da instituição

Rubens Sawaya leciona há 25 anos no Departamento de Economia da PUC-SP. Assistente Doutor, ele foi vice-presidente da Sociedade de Economia Política e atualmente é vice-presidente da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia e autor do livro Subordinação Consentida, FAPESP/Ana Blume. Hoje ele responde às nossas perguntas sobre precarização do ensino e do trabalho na PUC-SP.

"Na minha categoria a precarização, há cinco anos, elevou em torno de 30% a quantidade de trabalho que nós dedicamos ao aluno. Na Economia, em geral, as turmas têm 50 alunos, isto significa que, com a maximização atingimos uma média de 250 alunos, pois temos de dar uma turma e uma disciplina a mais. Se em comparação com as federais e estaduais éramos constantemente questionados sobre como conseguíamos produzir ou escrever artigos com 200 alunos, imagine agora com 250. Antes conseguíamos colocar estes 200 alunos em dois cursos (o que também já era complicado para uma universidade considerada séria), e agora temos que dar três cursos diferentes. Isto quer dizer que hoje nós estamos com uma semana de 45 horas, dedicadas exclusivamente a provas, correção de trabalhos, atendimento de alunos.

Outra coisa é que ficamos sem tempo de orientar trabalhos de iniciação científica. Na verdade, nós acabamos trabalhando das 7h30 às 11h da noite para conseguir dar conta de todas as atividades exclusivamente relacionadas a alunos, o que nos impede de estudarmos. Além de tudo, eu exerço outras atividades em associações acadêmicas fora do campus, como representante da PUC-SP. E eu pergunto, a que

horas vou poder exercê-las? Então os professores, como alternativa, têm se recusado a exercer este tipo de atividade acadêmica, pois não têm tempo de escrever trabalhos para congressos, não têm tempo de estudar coisas complementares e necessárias para um ensino de qualidade.

REBAIXAMENTO DO ENSINO

"Essa situação obriga-nos a mudar a lógica do ensino. Uma prova para 250 alunos, com correção séria, é praticamente impossível porque você vai passar quase um mês corrigindo as provas. Então muitos excelentes professores têm aplicado menos provas. E os alunos percebem a mudança dos padrões de qualidade e têm reclamado através de seus Centros Acadêmicos. Os professores estão extremamente cansados, eles entram em sala de aula para falar de temas diferentes com excessivas horas de trabalho. Isto é extremamente desgastante.

Nós somos o maior curso de Economia do país e, de certa forma, nós temos perdido vários alunos por conta das medidas tomadas pela PUC-SP. Este problema que aconteceu no início do ano levou muitos alunos a abandonarem o curso no início do semestre. E isto é grave, pois significa também que o professor não está conseguindo manter a qualidade do seu curso.

Mas, mais grave do que isto, o que a PUC-SP perdeu com o processo de maximização foi aquele professor que vestia a camisa da instituição. Há cinco anos que os professores vêm se sentindo traídos pela instituição. Sempre trabalhamos pela instituição, trazíamos gente de fora



VALERIO PAVA

para palestras, comprávamos água, íamos buscar o professor no aeroporto e hoje não encontramos reconhecimento da PUC-SP e a pior coisa que uma empresa pode perder é a força daqueles que vestem a camisa e trabalham pela instituição. No momento em que estes são preteridos, ou considerados como mão de obra a ser simplesmente manipulada, eles deixam de atuar como participantes e passam a exercer somente as atribuições como "funcionário". A impressão que temos é que está se esgotando o ambiente acadêmico.

Eu creio que essa situação tem volta se nós novamente tivermos o reconhecimento da instituição. Claro, temos que cobrar aqueles que não faziam sua atividade como professor que uma instituição de nível como a PUC exige.

Havia professores que simplesmente vinham dar aula e iam embora. Existe um sistema de cobrança que é correto. Mas hoje,

após a maximização, é impossível cobrar do professor outras atividades quando não dá tempo de cumprirem as suas funções mais básicas com os alunos. No mínimo a gente deveria voltar ao sistema anterior, que já era um exagero, porque nós ministrávamos aula para 200 alunos, já dava aula em duas disciplinas diferentes, coisa que não acontece em nenhuma universidade séria do mundo. O professor dá aula de uma disciplina que se constitui no tema que ele está ligado mais profundamente.

Nós já éramos uma instituição que precarizava as condições de trabalho, agora se tornou praticamente impossível trabalhar como um professor sério, pois a semana não tem o número de horas que a gente precisa, só trabalhando de 14 a 16 horas por dia, inclusive aos fins de semana. Escrever artigos então, só nas férias."

INVIABILIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

"O que inviabilizará a PUC-SP é a perda de qualidade e a perda de alunos. Nós temos salas e infra-estrutura extremamente precárias. O que seguiu os alunos esse tempo

continua na próxima página

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Barfira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Thiago Cara, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Telxela, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

continuação da página anterior

Consun pode retomar nesta semana a questão dos estudantes sindicados

todo, o que faz o curso de Economia ser o maior curso do país, em termos de número de alunos é a qualidade de seu corpo docente e seu empenho. Perdendo isto, perderemos os alunos. A PUC-SP será então inviabilizada, sem alunos a PUC-SP não existe, porque a PUC-SP é uma instituição cara e pressupõe que os professores que dão aula aqui sejam professores de um determinado nível.

Se nós não conseguimos segurar estes professores e se eles não conseguem cumprir suas obrigações para manter esse nível, nós vamos começar a perder alunos de forma mais acelerada, daí a PUC-SP vai ser de fato inviabilizada. O que precisamos é conseguir uma estratégia para a instituição existir com qualidade de ensino. Não existe outro caminho.

Os professores da PUC-SP estão longe de ter as condições de trabalho ideais mesmo se pensarmos no período anterior à maximização. A gente estava longe de ter as condições de trabalho de um professor de uma federal ou estadual. A gente não tem sala e cada um tem que arcar com seus custos. Nosso salário já está abaixo ao de uma federal no sentido de que o professor de uma federal tem sala, estrutura, computador, e nós não temos nada, temos que pagar do nosso bolso a nossa própria infra-estrutura de trabalho.

Agora nós não estamos mais ganhando bem, estamos com trabalho precarizado, e ainda temos que arcar com todos estes custos. E quando somos considerados apenas como um funcionário precarizado, deixamos de vestir a camisa da instituição. A PUC perde o que tem de mais precioso.

Eu ainda visto a camisa da PUC-SP, mas estou sendo olhado de canto pelos meus colegas, que dizem: 'esse é o bobo que sobrou que veste a camisa da instituição e está se matando de tanto trabalhar para esta instituição'. É triste."

Nesta quarta-feira, 27/4, acontece a sessão ordinária do Consun que deverá ter em sua pauta o pedido de nulidade da sindicância dos alunos envolvidos na ocupação da Reitoria em 2007.

Por duas sessões o Conselho Universitário adiou a decisão, em meio a acaloradas discussões. Ao final da sessão de março os conselheiros pediram para examinar todo o processo para esclarecer suas dúvidas sobre o caso. Segundo o **PUCviva** apurou, a Reitoria enviou o processo completo com antecedência para todos os conselheiros.

O pedido de anulação da pena foi feito ao Consun pela ex-aluna Viviane Cantarelli, considerando que o processo que levou à adoção das penas foi viciado e não obedeceu aos trâmites legais previstos estatutariamente. O professor André Ramos Tavares, que pediu vistas do processo na primeira sessão, concordou inteiramente com os argumentos da ex-aluna e da professora Márcia Dinamarco, relatora do processo que defende que todos os alunos sindicados sejam novamente ouvidos.

SOLIDARIEDADE

A APROPUC e os departamentos de Serviço Social e Jornalismo manifestaram solidariedade a Viviane. Os professores de Jornalismo, que durante a ocupação prestaram solidariedade aos estudantes e procuraram à exaustão uma solução mediada para o movimento, enviaram carta aos conselheiros pedindo a nulidade da sindicância e a absolvição dos alu-

nos. Para o Jornalismo (que teve três de seus estudantes sindicados entre os nove), a absolvição dos estudantes uma mancha que ainda hoje perdura na democracia puquiana.

A APROPUC enviou na última edição do Consun uma carta aos conselheiros, pela absolvição dos estudantes, onde relata os vícios que caracterizaram a sindicância: "Os estudantes citados como líderes do movimento foram selecionados a dedo através de um reconhecimento fotográfico feito pelos próprios seguranças da empresa terceirizada Graber. (...) Lembremos que o então conselheiro professor Dr. Dirceu de Mello, em seu voto no processo administrativo, declarou que era inadmissível escolher

nove alunos para responderem por um evento realizado por centenas ou milhares de estudantes". O curso de Serviço Social também aprovou moção de solidariedade à estudante Viviane Cantarelli onde ressalta que vários aspectos do processo foram viciados, apontando a denúncia dos funcionários da Graber que rasgaram suas roupas para simularem agressão.

O aluno Célio Ishikawa também enviou uma carta ao PUCviva, na qual analisa o julgamento da ex-aluna. A íntegra do texto pode ser encontrada no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br

A AFAPUC também se solidarizou aos estudantes sindicados e encaminhou pela nulidade de suas penas.

Um processo viciado desde sua origem

As constatações apresentadas pela defesa da aluna Viviane Cantarelli e sustentadas pelo relatório do pró-reitor André Ramos Tavares, não são novidade: em 2008 o **PUCviva** já apontava o caráter viciado da sindicância e a APROPUC lançava um manifesto, que circulou amplamente na Internet, onde denunciava o encerramento do processo como uma violação aos Direitos Humanos.

O próprio título do processo sindicante já dava o tom de condenação dos estudantes, sem sequer tê-los ouvido: *Proc. R. 48/2007 - Processo de Sindicância com o objetivo de apurar e caracterizar faltas disciplinares, supostamente praticadas por um grupo de alunos que se auto denomina "MOVIMENTO OCUPA-PUC", que invadiu o Prédio*

da Reitoria da Universidade, causando inúmeros danos ao patrimônio da Instituição;

Enquanto centenas de estudantes participaram da ocupação a PUC-SP resolveu criminalizar somente nove, escolhidos a dedo entre os líderes do movimento estudantil ou denunciados pela Graber em sua observação diária. A Comissão sindicante fechou seus trabalhos sem ouvir os estudantes acusados e sem pesquisar detidamente as denúncias contra os seguranças que teriam rasgado propositadamente seus uniformes. O **PUCviva** teve seu acesso proibido em boa parte das audiências, que deveriam ser públicas. Mesmo assim um relato detalhado de todos os vícios que envolveram o processo pode ser encontrado nas edições referentes aos anos de 2007 a 2009.

FALA COMUNIDADE

Denúncia de seguranças da empresa Graber sobre precarização do trabalho

Depois de várias reuniões e encontros entre representantes da empresa Graber, o professor Hélio Deliberador e a Fundação São Paulo, desde o começo deste ano, para a alegria de uns e tristeza de outros, finalmente o contrato da universidade com a Graber foi renovado.

As condições negociadas nesse contrato são desconhecidas (como sempre). Ninguém sabe quais foram as mudanças, o que foi acrescentado, retirado, diminuído ou aumentado. Pelo menos temos a certeza de uma coisa: a Fundasp exigiu e conseguiu uma redução de custo.

Infelizmente, todos nós sabemos quem irá arcar com as consequências inerentes dessa redução. Um reflexo disso é que nas últimas semanas a Graber tem retido vigilantes da PUC-SP, mandando-os para Alphaville, onde fica a sede da empresa. Ultimamente várias pessoas têm vindo fazer entrevista. Fala-se em demissão de todos os Inspectores de Área (que ficam nos andares) e a sua substituição por novos Atendentes.

Para melhor entender os fatos, esclarecemos. Na área de segurança existem três funções distintas: Inspectores de Área, Vigilantes e Atendentes. Os Inspectores possuem a função de auxiliar professores, funcionários e alunos. Vigilantes controlam o acesso de pessoas e materiais, zelam pelo patrimônio e pelo campus, abordam pessoas suspeitas, usuários de drogas ou consumindo bebidas alcoólicas, vendedores ambulantes, pedintes etc.

Os Atendentes, como o próprio nome já diz, são aqueles que fazem o atendimento - ou pelo menos é o que deveriam fazer. No caso, o Vigilante é o único com curso de formação de vigi-

lantes, reconhecido pela Polícia Federal.

Ao final desta matéria apresentamos uma tabela referente aos valores pagos pela PUC-SP onde fica claro o interesse da Fundação para que se mantenha somente os funcionários "Atendentes" na universidade. Encerrando, assim, a conquista de alguns Atendentes que ganharam promoção para Inspectores de Área e sepultando de vez a pretensão de outros a uma ascensão profissional. Aos que ficarem e aos que estão entrando agora, fica a certeza da estagnação, da sobrecarga de responsabilidade e do desvio de funções. Na verdade, esse desvio de função já vem ocorrendo desde a implantação do monitoramento eletrônico em todo campus.

Com essa atitude, a Fundasp (dos padres) se posiciona a favor da exploração e precarização dos trabalhadores terceirizados, pois todos nós sabemos que tanto

uma quanto outra, não deixam de obter lucros, mesmo que reduzidos. Enquanto o trabalhador continua sendo explorado e negociado como uma mercadoria. Estamos prevendo um aumento considerável de processos na justiça do trabalho por desrespeito aos nossos direitos e, principalmente, ao desvio de função.

Vale ressaltar um fato ocorrido recentemente dentro da sala que recebe a denominação de "Base", onde fica a nossa chefia e que também serve de vestiário e refeitório (3X1). Um vigilante foi agredido fisicamente por dois desses "chefes" (chefes?!), que o agarraram pelo pescoço e o jogaram contra

a parede. Não sabemos ao certo o motivo dessa agressão, mas nada justifica. Lembrando que no ano passado já havia ocorrido um fato semelhante.

Infelizmente, todos aqueles que se sentem insatisfeitos e até mesmo revoltados e desejam sair da empresa não conseguem fazê-lo de maneira amigável. Só nos resta, num primeiro momento, aguardar os acontecimentos que estão por vir.

Esta matéria foi enviada ao *PUCviva* por um grupo de funcionários da Graber que, por motivos de segurança pediu para não ser identificado.

Referente a valores		
	Valor pago pela Graber	Valor pago pela PUC
Inspectores	R\$ 1.200,00	R\$ 6.000,00 (aprox.)
Vigilantes	R\$ 980,00 + adicional de risco	R\$ 5.000,00 (aprox.)
Atendentes	R\$ 650,00	R\$ 4.000,00 (aprox.)

A APROPUC e a segurança da universidade

A APROPUC questionou o trabalho desenvolvido pela empresa de segurança Graber desde a sua contratação. Em princípio por ser uma empresa terceirizada, sistema que amplia a exploração capitalista dentro de nossa sociedade, e, em segundo lugar, pelo próprio caráter da empresa: uma empresa especializada em segurança de shopping centers, com pouca experiência para o trabalho dentro de uma universidade. Exemplo disso foram os infelizes acontecimentos da ocupação da Reitoria em 2007, quando, segundo relatos anônimos dos próprios seguranças a professores, as chefias da Graber teriam obrigado seus funcioná-

rios a rasgarem as roupas para simular uma agressão.

Ao longo destes anos não foram poucas as queixas da comunidade sobre a maneira de agir da empresa, principalmente porque o *modus operandi* da Graber leva muito pouco em conta a função pedagógica da vigilância, preferindo encará-la como fundamentalmente punitiva. Agora, novamente, os seguranças terceirizados vêm denunciar a exploração a que são submetidos dentro da universidade, o que mostra mais uma vez que não somente os professores e funcionários sofrem com a precarização das condições de trabalho, mas também os terceirizados. Pior ainda, se confirmadas as denúncias feitas

pelos seguranças cai por terra também o argumento da economia, pois se um vigilante fosse contratado pelo mesmo valor de salário que a Graber lhes repassa (R\$ 980,00) a PUC-SP estaria gastando somente R\$ 2.000 mensais (salários mais encargos) e não os R\$ 5.000 cobrados pela empresa.

A APROPUC sempre defendeu a adoção de um sistema de segurança próprio da universidade de natureza pedagógica e não repressiva, para que as reais demandas da PUC-SP fossem contempladas e, diante da situação denunciada pelos seguranças estará agendando uma reunião com a Reitoria para melhor discutir a situação.

Tragédia na Escola Municipal Tasso da Silveira, Realengo, Rio de Janeiro

Erson Martins de Oliveira

Recebemos com aguda tristeza a notícia do assassinato de 12 crianças e a morte do infeliz matador Wellington Menezes Oliveira.

Não há quem conserve um pingô de humanidade nesta sociedade capitalista tão desumanizada que não tenha prontamente se comovido, ao mesmo tempo, sentido ódio ao assassino e desejado trucidá-lo com as próprias mãos. Não temos dúvida de que a maioria dos brasileiros, que são trabalhadores e oprimidos, constitui a reserva de humanidade. A pergunta coletiva foi - por quê? Quem é o monstro que entra em uma escola e despeja suas armas sobre crianças de 13, 14 e 15 anos?

Em sua carta, Wellington expôs seus "demônios" psíquicos. Os parentes e conhecidos os descreveram-no como tranquilo e um solitário, confinado nas profundezas da internet. Um filho adotivo, de família operária, pais falecidos, cuja mãe o levou na adolescência a frequentar a igreja Testemunha de Jeová. Um vizinho relatou ter ouvido que o rapaz estava envolvido com uma religião secreta. A irmã mencionou qualquer coisa de religião muçulmana. O que imediatamente levou a União Nacional das Entidades Islâmicas a desmentir a afirmação, tal é o medo de vincular o is-

lamismo com o matador e este com o terrorismo. Mas as pregações sectárias sobre a "fornicação", contra o "adultério" e a favor da "pureza" e "castidade" - como comparecem na carta - não criam por si os doentes mentais, porém os alimentam em seus delírios psicóticos.

A tragédia que marcou a comemoração dos 40 anos da Escola Municipal Tasso da Silveira exige uma reflexão que não se limite a explicar o que é evidente ou a julgar o acontecido pela forma aparente do fenômeno. A loucura, as deformações de personalidade e decomposição do caráter que se manifestam no indivíduo, ao ponto de torná-lo um assassino coletivo e suicida, não se manifestam e nem se desenvolvem no céu.

O corpo doente se move na sociedade e dela a doença se nutre. Wellington estudou na Escola que ensanguentou na quinta-feira do dia 7/4, apresentou um bom currículo, foi incorporado à produção como operário ganhando o mísero salário mínimo, pediu demissão segundo a versão do patrão, estava desempregado, já não tinha a mãe adotiva, morava sozinho no Realengo em uma casa da família e não tinha laços afetivos. Aqueles que mais o conheciam notavam o seu estado de reclusão, mas o achavam normal e tranquilo. Pelo pouco que se informou, vemos que o rapaz desen-

volveu a doença nessas condições sociais.

O "monstro" de apenas 23 anos não se fez da noite para o dia. A carta sectária e mística reflete não apenas o desvaio da mente doentia, mas os valores opressivos que permeiam a sociedade burguesa. É certo que não há uma correspondência mecânica entre os desequilíbrios das funções cerebrais e do complexo emocional com a ordem de preconceitos assimilados da religião. Mas não se pode ocultar que esses valores religiosos tornados sociais se convertem em parte da estrutura opressiva da sociedade de classe. Wellington os incorporou em sua doença psíquica e os nutriu como força destrutiva de si e de suas vítimas infantis. Poderia não ser a religião, mas teria de ser um valor repressivo e opressivo. Outros casos de matança coletiva assim o provam, como no do fuzilamento de alunos do grau médio da escola Columbine, no Colorado, Estados Unidos.

A matança no Realengo foi coberta pelo sentimentalismo espalhado pela imprensa e pelas autoridades. O governo do Rio, autoridades e igrejas armaram uma liturgia ecumênica para as crianças mortas. Montaram um aparato propagandístico de forma a dar um mesmo conteúdo emocional à tragédia. O cadáver de Wellington não poderia merecer qualquer compai-

xão. Assassino, Assassino! Ponto, basta. O sentimento autêntico de dor da população não combina com a hipocrisia burguesa. É preciso demonstrar e denunciar as raízes sociais da violência do indivíduo.

O capitalismo é uma fonte perene de exploração, desemprego, pobreza e miséria. É por essa senda que Wellington potencializou sua psicopatia. As condições sociais negativas foram inteiramente favoráveis à sua doença mental. O doutrinamento de seita reforçou os fatores de obscurantismo cultural e de opressão espiritual. Nada se contrapôs às relações de opressão que emanam da sociedade de classe, ou seja, da sociedade em que a minoria capitalista escraviza a maioria por meio da propriedade privada dos meios de produção e do Estado policial, das quais Wellington é um de seus produtos e pelas quais foi às últimas consequências, movido pela psicose.

A abundância de reclamações contra a violência não vai às causas primeiras. Em uma sociedade em que persiste a exploração, avança a pobreza e aglomera a miséria nos centros urbanos, toda sorte de violência individual é possível. Felizmente, não é em todo o momento que um monstro salta à luz do dia para ex-

continua na próxima página

continuação da página anterior

travasar o ódio social. Mas o fenômeno pode aumentar. Não é por acaso que Wellington se tornou a besta criminosa do Rio de Janeiro e do bairro pobre do Realengo.

Poderia ser em qualquer centro urbano, sem dúvida. A particularidade do Rio está em que nessa megalópole a decomposição social tomou a dianteira. Há uma guerra social nos morros cariocas envolvendo a polícia e o narcotráfico. Ambos refletem o capitalismo decadente, manifestando no seio e por cima das massas. A violência está disseminada nos bairros, nas escolas e nos lares. Sobre ela, levanta-se um ramo da indústria cultural (ou melhor, da barbárie).

As crianças que se encontravam na sala de estudo pagaram um tributo à sociedade de classe. Essa é a mais dura verda-

de. Os seus pais pagam triplamente: sofrem como explorados, perdem seus filhos e carregam a dor para sempre. A melhor e única forma de compartilhar desse dilaceramento humano é lutar contra a exploração do trabalho, a miséria e toda sorte de opressão espiritual.

A presidenta Dilma Rousseff, inconformada, marejou os olhos d'água e decretou três dias de luto. Por mais alguns dias, ainda haverá lametimento às tenras vidas inesperadamente ceifadas. Certamente, logo cairá no esquecimento.

Não faltaram vozes exortando que a solução está no desarmamento da população. E que as escolas devem ser militarizadas, com ostensiva presença da polícia. Estão aí algumas das explicações e sugestões que obscurecem o acontecido. Nenhum Estado tirará as armas do mercado, porque não fechará a indústria arma-

mentista. Nenhum cerco policial evitará que a violência espalhada em toda parte adentre pelas portas e muros das escolas. O que não falta é o Estado policial, responsável por um assombroso número de mortes. Dias antes da matança em Realengo, policiais paulistas foram flagrados executando um homem em um cemitério. As execuções são antiga prática do braço armado do Estado.

A expansão da violência indica que não é caso de polícia. Trata-se de um problema que será resolvido no âmbito da política. A burguesia não tem como solucioná-lo, assim o agrava com o Estado policial. Para cercar a violência e, finalmente, erradicá-la é preciso transformar a base econômica da sociedade e iniciar o processo histórico de extinção das classes sociais. A classe operária tem essa tarefa. Para isso a propriedade privada dos mei-

os de produção deve se converter em propriedade coletiva, de forma que a distribuição socializada da riqueza atenda as necessidades da sociedade e não mais do capital. Eliminemos a exploração do trabalho eliminando as relações de produção capitalistas e re-humanizaremos a sociedade. A violência do indivíduo começará a ser erradicada com a erradicação da violência da classe burguesa sobre a classe operária e a maioria oprimida.

Erson Martins de Oliveira é ex-professor da PUC-SP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Consad decide sobre vagas no vestibular de inverno

Na terça, 19/4, ocorreu mais uma reunião ordinária do Consad (Conselho Superior Administrativo). Diversas pautas foram discutidas como as costumeiras relacionadas ao setor de Compras, Recursos Humanos e Eventos. Algumas questões que trouxeram maior debate entre os conselheiros foram a questão da regularização de pendências financeiras do Programa Observatório da Educação e a questão das vagas no vestibular de inverno da PUC-SP.

A pendência financeira era em relação a uma dívida da PUC-SP com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em um projeto de gestão da

professora Laurizete Ferragut Passos, da matemática da PUC-SP. Depois de muitas explicações e desacordos sobre o caso, o Consad concluiu que os estudantes que receberam a bolsa são hoje na verdade devedores da PUC, e o dinheiro que existe do projeto deverá ser utilizado para pagar a dívida.

VAGAS NO VESTIBULAR

O número de vagas oferecidas pela PUC-SP no vestibular de inverno causou polêmica não só pela quantidade, mas a quem competia decidir por isso. O reitor Dirceu de Mello colocou a importância de esta questão ser decidida no Conselho Universitário

(Consun), responsável pela parte acadêmico-pedagógica da universidade. O conselheiro Padre João Júlio, por sua vez, enfatizou que entende a função do Consun, mas que o Consad deve pensar em relação à sustentabilidade dos cursos no aspecto financeiro.

Em uma proposta de aliar os dois debates, o conselheiro padre Rodolfo levantou a questão política que poderia ser colocada "qual Conselho manda", mas também a questão jurídica, pois pelo estatuto, claramente é função do Consad decidir por isso, e pautou ainda, a questão financeira, propondo que se levassem ao Consun as ponderações e que, após a decisão, retornasse ao Consad.

Entendendo que o debate não era simples, após uma pausa para o café, encaminhou-se que o edital seria elaborado na conformidade do edital anterior, o do vestibular de verão, nos termos numéricos prestigiados pelo Consun, mas com observações feitas pelo Padre Rodolfo, no sentido de que o assunto fosse retomado por ambos os colegiados na ocasião do próximo edital.

O Consad também decidiu pela cobrança de R\$800 pelo evento sobre a deliberação 01/2011, promovida pela APROPUC. Segundo Padre Rodolpho o evento (que foi claramente acadêmico) teve um caráter comercial, o que justificaria a cobrança à entidade.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste domingo um 1º de Maio de luta na Praça da Sé

Os preparativos para o 1º de Maio de luta no estado de São Paulo estão avançando cada vez mais. Apesar da lentidão da prefeitura de São Paulo em autorizar o evento, as entidades envolvidas manterão a atividade na Praça da Sé.

Diferente dos festejos organizados pela Força Sindical e CTB na Barra Funda, e pela CUT no Ipiranga, com shows musicais e sorteios de prêmios patrocinados por grandes empresas estatais ou privadas, as entidades organizadoras do 1º de Maio de luta contam

com o esforço de seus ativistas e militantes para arcar com os custos e garantir a construção do ato.

Os materiais de divulgação, cartazes e panfletos, já estão disponíveis na sede da Pastoral Operária de São Paulo, Rua Wenceslau Brás, nº 78, 1º andar. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3106-5531.

Apoiam a realização do ato centenas de entidades, organizações e movimentos sociais, como a APROPUC, Uneafro, Enecos, e outras como Fóruns das Pastorais Sociais, CEBs da Arquidi-



ocese de São Paulo, CSP-Conlutas, Intersindical, Unidos pra Lutar, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Consulta Popular, PCB, PSTU, PSOL, PCR.

Terceirizadas da USP continuam na luta por salários

Após diversas mobilizações, desde o último dia 8/4, as trabalhadoras da empresa União estão próximas de conseguir os salários atrasados referentes ao mês de março. A USP anunciou, depois de reunião com a União e o Siemaco (sindicato da categoria), que pagaria os salários dos trabalhadores terceirizados até a noite de segunda-feira, 18/4.

A União alegava, em nota, não ter conseguido arcar com as despesas das funcionárias por ter recebido da USP 30% menos do que o estabelecido em contrato, além de não ter tido o repasse do reajuste da categoria, de 15%, este ano. A USP empurrou a responsabilidade de volta à tercei-

rizadora, justificando que não tinha repassado esses valores em virtude de uma pendência judicial no nome da empresa de limpeza.

A solução encontrada, para que as trabalhadoras parem de arcar com uma responsabilidade que definitivamente não é delas, é que a USP repasse diretamente a diferença para as funcionárias da União. Porém, até o fechamento dessa edição, nem todas as trabalhadoras tiveram suas pendências acertadas. Além disso, as trabalhadoras têm direito ainda aos valores da rescisão de contrato.

Circula na internet o manifesto contra a terceirização, reivindicando o pagamento imediato dos salários atrasa-

dos, respeito aos demais direitos trabalhistas dos terceirizados, igualdade de direitos e salários entre terceirizados e demais servidores efetivos, nenhuma punição aos trabalhadores em greve, condições dignas de trabalho e o fim imediato da terceirização, com a efetivação de todos os terceirizados ao quadro de servidores da Universidade.

A APROPUC assina o documento, ao lado de outros professores e juristas. Quem tem interesse em assinar esse manifesto, deve enviar e-mail, com nome completo, atividade/profissão e a instituição a qual é vinculado, para manifestoc@terceirizacao@yahoo.com.br.

Abril Vermelho relembra 15 anos do massacre de Eldorado dos Carajás

No dia 17/4/1996, cerca de 1500 trabalhadores rurais sem terra marchavam até a capital do Pará, Belém, para lutar pelo direito de assentarem-se em um espaço improdutivo, depois de terem sido expulsos de suas próprias terras.

Ao chegarem à cidade de Eldorado dos Carajás, a marcha parou na PA-150 e mais de 100 policiais militares, comandados pelo Coronel Mário Colares Pantoja e o Major José Maria Pereira Oliveira, dispararam com armas de fogo contra os militantes. Segundo os dados oficiais, 21 trabalhadores foram mortos e 69 ficaram feridos.

Somente em 2002, o júri condenou o Coronel Pantoja e o Major Oliveira (228 e 154 anos de prisão, respectivamente) por comandarem a chacina. Porém, ambos já recorrem ao processo em liberdade. O governador que autorizou a ação, Almir Gabriel (PSDB), o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e o comandante da PM não foram sequer indiciados.

Respondendo à lentidão do Sistema Judiciário brasileiro e honrando a morte dos trabalhadores paraenses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensifica suas ações durante todo mês de abril. Essa movimentação é conhecida como "Abril Vermelho". Na jornada de 2011, já foram ocupadas 75 fazendas improdutivas, além de manifestações, atos e debates realizados em mais de dez capitais do país.

ROLA NA RAMPA

Demissão na PUC pode chegar ao Vaticano

O *Jornal da Tarde* divulgou, em sua edição do dia 18/4, que a demissão da professora Anna Maria Garzone Furtado da PUC-SP pode vir a ser resolvida no Vaticano, última instância da Igreja Católica. O caso ganhou novos contornos quando, nessa mesma matéria, o reitor da universidade Dirceu de Mello disse que a sentença do tribunal não tem de ser seguida, por não ter efeito civil. "Em nosso país, a Igreja é separada do Estado. Seguimos a Constituição, o Tribunal Eclesiástico é à parte. São decisões sobre

questões matrimoniais. Será que não teria efeito exclusivamente moral?". No fim de fevereiro, juízes padres do tribunal decidiram que a universidade deveria reintegrar a professora ao corpo docente da universidade. Foi a primeira vez que o Tribunal Eclesiástico de São Paulo, ligado à Cúria Metropolitana e acostumado a tratar questões matrimoniais, julgou um assunto interno da PUC-SP. Em março, a Justiça do Trabalho determinou, em segunda instância, que a faculdade pague indenização de R\$ 30 mil à professora.

Encontro de Mulheres Estudantes em Salvador

No feriado de Páscoa ocorreu o 4º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE em Salvador, entre os dias 21 a 24/4, na UFBA (Universidade Federal da Bahia), com a participação de estudantes de todo país, entre elas meninas da PUC-SP, como do Coletivo Yabá, estudantes de Direito, e do Coletivo 3 Rosas, estudantes de Jornalismo. O encontro contou com debates sobre mulher e po-

der, mulher e mundo do trabalho, além do papel da mulher na transformação da universidade. Ocorreram também grupos de discussão sobre movimento estudantil, saúde, mídia, violência contra mulher, debates sobre legalização do aborto, entre outros. Os grupos feministas presentes da PUC-SP, se organizarão após o encontro para trazer o debate à universidade.

Aniversário em luta

Nesta quinta, 28/4, às 19h, a *Revista Caros Amigos* comemorará no Tucarena seu aniversário de 14 anos, com o debate "Caros Amigos 14 anos de resistência - Os desafios para a democratização da Mídia". Entre os debatedores estarão, Dr. Rogério Santana, presidente da Telebrás, Depu-

tada Federal Luíza Erundina (PSB), Bia Barbosa, representante do Intervozes, Raimundo Pereira, jornalista editor da revista *Retratos do Brasil* e Altamiro Borges, Instituto Barão de Itararé. O debate será mediado pelo jornalista do site *Conversa Afiada*, Paulo Henrique Amorim.

PUC-SP realiza nova parceria

No dia 25/4, às 15h, na sala P-65 do Campus Monte Alegre, a PUC-SP e a Universidade de Paris 1- Pantheon Sor-

bonne farão cerimônia de assinatura da parceria para curso de mestrado Profissional em Economia.

Livro discute a crise dos países árabes

A Editora Marxista está lançando o livro *Tremores Revolucionários - Uma análise marxista da atual onda revolucionária nos países árabes*, do escritor inglês Alan Woods. O autor tem mais de 50 anos de militância marxista na Europa, fala 10 línguas e suas análises foram comentadas em diversos órgãos de imprensa na Europa, Oriente Médio e América Latina. A publicação, elaborada no calor dos acontecimentos, relata os principais fatos que vêm sacudindo os países árabes e suas repercussões mundiais. O livro pode ser adquirido na APROPUC, rua Bartira, 407, ao preço de R\$ 15 ou pelo site <http://www.livrariamarxista.com.br/>



Coletânea de artigos de Alan Woods

livros/revolucoes/tremores-revolucionarios:-uma-analise-marxista-da-atual-onda-revolucionaria-nos-paises-arabes.

Programa Pindorama forma mais 14 estudantes

Em 2001, em uma parceria entre a PUC-SP, a Pastoral Indigenista e as comunidades indígenas que vivem na capital, foi criado o Programa Pindorama, que visa incluir os jovens indígenas no ensino superior. Ao longo desses 10 anos, já foram acolhidos 130 indígenas de 13 etnias diferentes e 34 jovens já se formaram. Em evento, no dia 4/5, o Pindorama realizará a formatura de mais 14 estudantes do programa, de seis etnias (Pankararu, Pankararé, Terena, Guarani, Mbyá, Guarani Nhandeva e Xukuru), das turmas de 2005, 2006 e 2007. Além de mostrar o resultado obtido pelos alunos, a comemoração também visa divulgar a causa indígena na universidade. A cerimônia terá início às 19h, na sala Paulo Freire, mezanino do TUCA.

Semana Interna de Prevenção de Acidentes

Dando continuidade à SIPAT 2011, de 25 à 29/4, no corredor do Ambulatório Médico, no Campus Monte Alegre da PUC-SP, serão realizados testes de acuidade visual e aferição da pressão ocular. Já entre os dias 26 e 29/4, um médico oftalmologista atenderá também os interessados, desde que realizem agendamento prévio e apresentem carteirinha do convênio médico. Continua também, em todos os campi da universidade, o concurso de participação para aqueles que compareceram às atividades do evento. Foram enviados aos funcionários, desde o dia 18/4, volantes, que devem ser respondidos e depositados nas urnas até o dia 27/4. No encerramento, dia 29/4, serão sorteados prêmios entre os participantes.